

EDUCAÇÃO, TRABALHO E DESENVOLVIMENTO: UMA COMPLEXA RELAÇÃO¹

Liliana Rolfsen Petrilli Segnini²

INTRODUÇÃO

Num país de 157 milhões de habitantes, onde a taxa de analfabetismo atinge 20,1% da população de 15 anos ou mais (IBGE, Informe Estatístico de 1996), é necessário ter cautela e bem circunscrever nossa argumentação para não correr o risco de ser irresponsável ou de ser interpretada de forma equivocada. Neste sentido, é bom salientar que este trabalho não está se referindo à educação compreendida como um fim em si mesma, educação-processo que nos permite tomar consciência de nós mesmos; de nossa trajetória histórica enquanto indivíduos, nação ou mundo; das contradições e desigualdades presentes na sociedade em que vivemos; de nossas especificidades culturais (sobretudo através do conhecimento do outro); das profundas desigualdades sociais existentes, concentração da terra e da renda, altas taxas de analfabetismo ao lado de violência e não direito à saúde, ausência de valores éticos que sustentam a solidariedade. Educação que não estabelece relação direta com o mundo do trabalho, é muito mais ampla, só possibilita desenvolvimento no bojo de políticas e ações concretas que rompem definitivamente com o quadro social e econômico apontado. Não é este o resultado da relação educação, trabalho e desenvolvimento que este trabalho enfoca.

O objetivo deste trabalho é indagar se a relação direta, sem ou com pálidas mediações, que tem sido estabelecida entre educação, trabalho e desenvolvimento, tão apregoada nos últimos tempos, não se constitui muito mais num processo social de legitimação das mudanças no mercado

-
- 1 Texto apresentado no Whorkshop do projeto de pesquisa "Conceitos empregados na educação profissional", realizado pelo NETE – Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais em dezembro de 1998.
 - 2 Professora, Doutora do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas à Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas

de trabalho, via desemprego e precarização social, do que uma real e concreta exigência dos processos de produção de bens e serviços, em tempos de economia mundializada e acumulação flexível, tal como a define HARVEY. (1992:14) Portanto, o objetivo deste trabalho é chamar a atenção para a relação educação, trabalho e desenvolvimento, percorrendo caminhos na contracorrente dos discursos e políticas observadas neste momento, formulados tanto pelos organismos internacionais reguladores (Banco Mundial, FMI, OCDE), como pelo Estado, instituições representantes de interesses patronais, instituições representantes dos interesses dos trabalhadores, empresas, imprensa e um grande número de pesquisa científica.

Parece haver uma névoa que encobre esta relação, ou melhor, não é possível bem enxergá-la porque é portadora de excesso de luminosidade, constitui-se em um dos elementos que constroem o consenso, no interior de conflitos e interesses antagônicos. Ou, como afirma Tanguy (1998), esta relação aparece como uma “ideologia conservadora de nosso tempo” no sentido analisado por Karl Mannheim, ou seja, assegura coesão social, legítima e dissimula a ordem social existente.

CONTEXTO SOCIAL E ECONÔMICO NO QUAL A RELAÇÃO EDUCAÇÃO, TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SE EXPRESSA DE FORMA CONSENSUAL

As mudanças socioeconômicas observadas nas três últimas décadas expressam um paradoxal processo de mundialização de mercadorias e capital, realizado em uma velocidade sem precedente na história e este talvez seja um dos seus traços mais distintivos em termos históricos. Mas outros devem ser registrados.

Observando a dinâmica dos mercados quer seja de bens e serviços, financeiros ou de trabalho, apreende-se que alguma coisa significativa se alterou nos últimos trinta anos nas sociedades capitalistas que se reorganizam, se reestruturam no sentido de implementarem novas formas de racionalização do trabalho e da vida social. Este parece ser o único ponto comum, aceito por todos, no intenso debate que acompanha o esforço para compreender o processo observado há trinta anos, mas ainda em curso (Arrighi,1996; Harvey,1992:176), mesmo que, para alguns, estas mudanças signifiquem tão somente a intensificação de um processo observado desde os primórdios do próprio capitalismo, questionando os aspectos ideológicos

das novas formas de racionalização implementadas (Pollert, 1988; Gordon, 1988 e Sayer, 1989).

Compreendemos que este processo revela características e contradições específicas, da mesma forma que, em outros momentos históricos, outras tantas foram observadas. Portanto, não falamos de “impactos” mas de processos expressos, neste atual contexto, pela mundialização dos mercados de bens e fluxos financeiros e o acirramento da concorrência; difusão do ideário neoliberal que, contraditoriamente, requer políticas estatais que garantam a desregulamentação de normas concorrenciais e direitos sociais. Neste sentido, a concentração de capital - fusões, incorporações, privatizações - ocorre ao mesmo tempo em que a força de trabalho fragiliza-se através da flexibilização quer seja das estruturas produtivas, das formas de organização do trabalho, da própria força de trabalho, através do emprego/desemprego. É dentro desta nova correlação de forças, que se concretiza a lógica do “livre mercado”, sob a coordenação do sistema financeiro global.

Difundem-se, cada vez mais intensamente, tecnologias produtivas apoiadas na microeletrônica como a automação, a informática, a telemática. A opção política do uso destas tecnologias tem sido direcionada no sentido da intensificação da produtividade e da supressão do emprego.

A estrutura do mercado de trabalho também tem passado por mudanças: altas taxas de desemprego são acompanhadas pela crescente insegurança e precarização das novas formas de ocupação. A flexibilização da força de trabalho (contratos de tempo parcial, subcontratação, terceirização, etc) inscreve-se no mesmo processo que articula o discurso por maiores níveis de escolaridade para os trabalhadores que permanecem empregados e que ocupam postos de trabalho considerados essenciais para os processos produtivos nos quais se inserem.

Neste sentido, a educação, bem como a formação profissional, aparecem hoje como questões centrais, pois lhes são conferidas funções essencialmente instrumentais, ou seja, como capazes de possibilitar a competitividade e intensificar a concorrência, adaptar trabalhadores às mudanças técnicas e minimizar os efeitos do desemprego. O papel de organismos internacionais reguladores tem sido fundamental para tanto, como é possível apreender a partir das prescrições do Banco Mundial:

“Detalhados estudos econométricos indicam que as taxas de investimentos e os graus iniciais de instrução constituem robustos fatores de previsão de crescimento futuro. Se nada mais mudar, quanto mais instruídos forem os

trabalhadores de um país, maiores serão suas possibilidades de absorver as tecnologias predominantes, e assim chegar a um crescimento rápido da produção. (...) O desenvolvimento econômico oferece aos participantes do mercado de trabalho oportunidades novas e em rápida mudança".(Banco Mundial, 1996: 26 e 35)

Estas tendências, observadas mundialmente, expressam-se de forma heterogênea em diferentes contextos nacionais. No Brasil, mesclam-se com problemas sociais jamais resolvidos, como a profunda desigualdade da distribuição da renda, analfabetismo e baixos índices de escolaridade, que atingem grande parte da população, tudo isto com implicações perversas nas parcas condições para o exercício da cidadania.

Especificidades da reestruturação no Brasil

O que é possível observar após ter decorrido quase três décadas de mudanças nas formas de racionalização do capitalismo, é que desenvolvimento econômico não mais significa desenvolvimento social, como ocorreu em países hoje considerados desenvolvidos, por um longo período (Castel, 1998). O desemprego já não resulta mais da ausência de crescimento econômico, mas se tornou inerente ao próprio crescimento econômico. No Brasil, esta relação nunca havia se dado de forma intensiva; talvez, a melhor expressão do avanço do capitalismo no Brasil seja justamente o registro de uma profunda heterogeneidade produtiva e desigualdade das relações de trabalho.

O mercado de trabalho brasileiro não conseguiu estabelecer uma situação onde o emprego formal (aquele que possibilita garantias e direitos sociais) tenha se tornado algo generalizado para o conjunto da população; ao contrário, criou-se um mercado "altamente flexível" com situações completamente diferenciadas e, em grande medida, precárias.

No entanto, como bem salienta Pochmann (1998) se tomado como medida o período 1940-1980, é possível observar um crescimento das relações formais de trabalho no Brasil, que ocorreu, sobretudo, por força da implementação do projeto de industrialização nacional (de forma intensa entre 1950/80), bem como devido à institucionalização das relações de trabalho através de um conjunto de normas legais consolidadas pela CLT-Consolidação das Leis do Trabalho, em junho de 1943. No período, o trabalho assalariado, com registro em carteira profissional, cresceu de 12,1% para 49,2%, o que significa, em termos absolutos, uma variação anual de 484,2 mil trabalhadores. Isto permite observar que , de acordo com dados do

IBGE, de cada 10 ocupações geradas, 8 eram assalariadas, sendo 7 com registro e uma sem registro.

Apesar destes dados, é sabido que sua homogeneização não se deu nos níveis observados nos países desenvolvidos, nos quais 80% da PEA urbana eram assalariados; nos quais, através de muitas lutas, o trabalho assalariado se constituiu em um pilar, enfim, no qual o trabalho significava bem mais que um trabalho, significava ter direitos que se expandiam e cresciam, e "que a vulnerabilidade e a precariedade eram acompanhadas pela certeza de que amanhã será melhor." (Castel, 1998)

No Brasil, a PEA urbana ocupada assalariada passou de 42,0% em 1940, para 62,8% em 1980. Neste contexto, é importante salientar, a sociedade permaneceu desigual, a renda continuou sendo concentrada; permaneceram os problemas de informalidade, subemprego, baixos salários e desigualdades de rendimentos (Pochmann;1998). Em 1983, os 50% mais pobres da população se apropriavam de apenas 13,6% da renda total do país, enquanto os 10% mais ricos detinham 46,2%. No início dos anos 80, a divisão regional do trabalho no país revelava desigualdades profundas, como demonstra a tabela a seguir:

Brasil e Regiões – 1984 – Posição das Três Classes de Renda mais Baixas como % da População Economicamente Ativa

	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Miserável (até ½ salário mínimo)	13,4	7,1	25,4	9,5	8,5	9,3
Indigente (+ ½ a 1 sal. mínimo)	22,8	17,1	29,8	20,5	19,6	21,1
Pobre (+ 1 a 2 sal. mínimos)	25,0	27,0	23,4	24,4	22,7	29,3

Fonte: Wanderley Guilherme dos Santos, Crime e Castigo. Partidos e Gerais na Política Brasileira, p. 179

OBS:1) exclusive população rural da região Norte; 2) exclusive "sem rendimento" e "sem declaração"

No período focado, o salário mínimo foi perdendo poder de compra: ao mesmo tempo que elevados índices de crescimento econômico eram registrados pelo Produto Interno Bruto, cada vez mais horas de trabalho eram necessárias para a compra da ração essencial. O país se urbanizou e algumas conquistas sociais foram observadas, como o crescimento da média de vida ao nascer, que passou de 45,9 em 1950 para 60 anos em 1980,

expressando melhorias nas condições gerais de saúde e atendimento médico. Também as taxas de analfabetismo foram constantemente decrescendo, passando de 53,9% para homens e 60,6% para as mulheres em 1950, para 34,9% e 35,2%, respectivamente, em 1980. (Fausto, 1998)

Salário Mínimo Real (1964/1984)

ANO	Salário Mínimo Real Índices: julho 1940 = 100	PIB/ Per Capita
1964	92,49	221,36
1965	89,19	210,97
1966	76,06	212,76
1967	71,92	216,89
1968	70,39	234,36
1969	67,73	250,40
1970	68,93	264,83
1971	65,65	291,91
1972	64,78	317,26
1973	59,36	315,59
1974	54,48	375,56
1975	56,91	386,24
1976	56,54	413,49
1977	58,92	426,58
1978	60,72	437,26
1979	61,29	453,52
1980	61,78	474,66
1981	63,34	459,96
1982	66,02	450,60
1983	56,10	425,67
1984	52,04	431,63

Fonte: DIEESE- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos

MERCADO DE TRABALHO A PARTIR DOS ANOS 80

O conjunto de medidas de ajustes macroeconômicos, a partir dos anos 80, frente ao crescimento da dívida externa e do colapso do financiamento da economia brasileira, concorreram para fortes e rápidas oscilações econômicas, estagnação, hiperinflação. Neste contexto é observado que a tendência à frágil estruturação do mercado de trabalho no Brasil foi rompida. (Pochmann, op.cit)

Sistematizando dados produzidos pelo Ministério do Trabalho (RAIS e CAGED) e do IBGE, Pochmann registra que, a partir dos anos 80, a progressiva desestruturação do mercado de trabalho foi marcada pelo

desassalariamento de parcela crescente da PEA, crescimento do desemprego e do trabalho informal, precário. Os postos de trabalho abertos passaram a ser, sobretudo assalariados sem registro e por conta própria.

Ração Essencial- Médias Anuais		
ANO	Tempo de Trabalho	% da jornada mensal
1965	88h 11m	36,74%
1966	109h15m	45,52%
1967	105h13m	43,84%
1968	101h35m	42,33%
1969	110h34m	46,00%
1970	105h12m	43,84%
1971	111h47m	46,57%
1972	119h07m	49,63%
1973	147h04m	61,28%
1974	163h33m	68,14%
1975	149h39m	62,36%
1976	157h30m	65,02%
1977	141h52m	59,11%
1978	137h37m	57,34%
1979	153h04m	63,78%
1980	157h22m	65,57%
1981	149h40m	62,36%
1982	131h22m	54,74%
1983	176h33m	73,56%
1984	194h39m	81,10%

Fonte: DIEESE- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos

O trabalho assalariado decresceu de 62,8% para 62,6% no período 1980/91, sendo que o índice de redução refere-se àqueles que já possuíam registro em carteira - de 49,2% para 36,6%. O trabalho assalariado sem registro cresceu de 13,6% para 26%. No período 1989/95, o mesmo movimento continua a ser observado, intensificando-se: o trabalho assalariado decresceu de 64% para 58,2%, enquanto o trabalho com registro passou de 38,3% para 30,9%; o trabalho assalariado sem registro voltou a crescer de 25,7% para 27,3%. (Pochmann, op.cit.)

Mesmo nos períodos de recuperação econômica (1984/86 e 1993/95), o desemprego e a precarização no trabalho continuaram a crescer. Assim, a expansão das ocupações no período 1989/96 foi de 11,4%, enquanto a PEA

total aumentou 16,5%, influenciando no crescimento do desemprego em 179,1%.

Brasil- Evolução da População Economicamente Ativa (PEA), da ocupação e do desemprego (em mil)

	1989	1996	Variação
PEA total	60.120	70.040	16,5%
	100,0	100,0	
PEA ocupada	58.300	64.960	11,4%
	97,0	92,7	
PEA Desempregada	1.820	5.080	179,1%
	3,0	7,3	

Fonte: FIBGE/PNAD's ajustadas. In: Pochmann, op.cit, p.6

Pochmann relaciona estas tendências ao abandono do projeto de industrialização nacional, a implementação do programa neoliberal oriundo do Consenso de Washington, de políticas macroeconômicas de inserção do país (que permanece subordinado) no processo de mundialização; porém, acompanhadas de uma abertura comercial indiscriminada, ausência de políticas setoriais defensivas, sobrevalorização da moeda e elevados juros. Neste contexto, o processo de reestruturação produtiva no Brasil é implementado, resguardando a característica do próprio mercado brasileiro, ou seja, a heterogeneidade produtiva e a desigualdade no mercado de trabalho.

Por esta razão, se existe algum sentido em se perguntar de que modo a reestruturação produtiva afeta os mercados de trabalho nos quais se têm claramente uma situação de emprego ou desemprego, de distribuição de renda, direitos sociais no trabalho, no Brasil "caberia perguntar como as novas formas de organização produtiva e do trabalho emergentes atuariam sobre um mercado de trabalho que nunca teve como sua marca principal a rigidez das relações de trabalho" (Dedecca e Brandão, 1993).

A necessidade de flexibilizar o mercado de trabalho no Brasil para reduzir custos e torná-lo mais competitivo, inscreve-se no mesmo debate que demanda por trabalhadores mais escolarizados e qualificados. Neste sentido, Comin e Cardoso questionam a suposta rigidez do mercado de trabalho brasileiro. Informam que, se medida pela rotatividade da mão-de-obra, a conclusão imediata é a flexibilidade do mercado brasileiro. Assim, segundo dados do Ministério do Trabalho - que cobre apenas o universo formal - na indústria paulista a taxa média de rotatividade chega a 30%, ou

seja, "anualmente as empresas demitem e contratam cerca de um terço de toda a sua força de trabalho. E mais: quase 70% dos trabalhadores demitidos tem menos de dois anos de emprego. (...) Apenas para que se tenha um parâmetro de comparação, o mercado de trabalho americano, que é reconhecidamente um dos mais liberais, apresenta taxas de 11% ao ano" (Cardoso e Comin, 1997)

PROBLEMATIZANDO A RELAÇÃO EDUCAÇÃO, TRABALHO E DESENVOLVIMENTO

O objetivo deste trabalho, explicitado na sua introdução, é indagar se a relação que tem sido estabelecida entre educação e trabalho como condição *sine qua non* para o desenvolvimento, tão apregoada no contexto econômico e político descrito, está se constituindo muito mais num processo social de legitimação do desemprego e da precarização social que estão ocorrendo no mercado de trabalho, do que uma real e concreta exigência dos processos de produção de bens e serviços.

Várias contradições são observadas e são tomadas como argumentos para questionar o consenso que esta relação parece ser portadora; alguns serão apontados a seguir em uma ordem aleatória de importância:

- crescente desemprego de trabalhadores escolarizados, com segundo e terceiro grau completo, mesmo em um país como o Brasil, com alta taxa de analfabetismo, tão bem demonstrado pelo Ministério do Trabalho, quando informa o grau de escolaridade dos trabalhadores que ocuparam as 218 mil vagas criadas com carteira assinada, em 1996:

Empregos criados em 1996

Escolaridade	Vagas
Até 4 série	81.188
Da 4 série à 8 série	70.399
1º grau completo	43.939
2º grau completo	25.124
3º grau completo	- 9.945

Fonte: Ministério do Trabalho, 1977

- crescimento concomitante dos índices de escolaridade e de desemprego dos jovens (30%), ou mesmo a inserção deste grupo social em trabalhos precários, sobretudo para os mais escolarizados, a proliferação do subemprego com a denominação "estágio" (Tanguy,1998). Em São Paulo, de

acordo com o SEADE/DIEESE, 800 mil jovens entre 15 e 24 anos estão sem ocupação, representando metade dos desempregados da região metropolitana de São Paulo, estimada em 1 milhão e 600 mil.³

- a desigualdade entre homens e mulheres, brancos e negros com o mesmo tempo de escolaridade, no mercado de trabalho, tanto em termos de rendimentos como de condições de trabalho. A Pesquisa de Padrão de Vida (IBGE) divulgada em agosto de 1998, realizada em 5.000 domicílios nas regiões Sudeste e Nordeste, de março de 96 a março de 97, registra a desigualdade salarial apontada entre trabalhadores chefes de família, com 12 anos ou mais de estudo:

Trabalhadores chefes de família	Salário médio mensal (R\$)
homem branco	881,00
mulher branca	559,00
homem negro	423,00
mulher negra	266,00

Fonte: IBGE. Pesquisa de Padrão de Vida, 1998

- a deslocalização de empresas do sul do país para regiões mais pobres, sobretudo no norte e nordeste, onde encontram trabalhadores mais frágeis socialmente, pobres, sem escolaridade.
- as pesquisas recentes que estão apontando, a partir dos processos de trabalho, para a intensificação e não para conteúdos do trabalho mais sofisticados e elaborados ou, para maior autonomia dos trabalhadores, justificando efetivamente maior qualificação, como decorrência das mudanças nos processos produtivos. (Leite, 1998; Rizek, 1997; Segnini, 1998).
- número reduzido de trabalhadores atingidos por estas mudanças, com alguma positividade, expressa pela democracia industrial, estão inseridos no chamado setor de ponta, essencialmente nos segmentos nobres das empresas multinacionais, de acordo com

³ Castel, Robert. *As metamorfoses da questão social. uma crônica do salário*. São Paulo. Vozes. 1998. "Mas o desemprego é apenas a manifestação mais visível de uma transformação profunda da conjuntura do emprego. A precarização do trabalho constitui-lhe uma outra característica, menos espetacular porém mais importante, sem dúvida. (...) Não para banalizar a gravidade do desemprego. Contudo, enfatizar essa precarização do trabalho permite compreender os processos que alimentam a vulnerabilidade social e produzem, no final do percurso, o desemprego e a desfiliação. p. 514 e 516.

dados da Organização Internacional do Trabalho, em 1996. Trata-se de 73 milhões de pessoas, das quais 12 milhões no Terceiro Mundo, sendo que a PEA do Terceiro Mundo é da ordem de 2,2 bilhões de pessoas, ou seja, envolve tão somente 1% do emprego. (Dawbor, 1998)

- por outro lado, 800 milhões de desempregados no mundo (OCDE, 1996), sendo 18,1 milhões na União Européia (Eurostat, 1996), são o resultado de um crescimento econômico perverso, que cada vez mais concentra a renda (fusões, incorporações, privatizações) aprofundando o fosso entre os dois pólos. Em um contexto de produtividade crescente, o Brasil se insere nesta perspectiva de desenvolvimento, triplicando o número de desempregados no período 1989/96, chegando à 5,1 milhões de pessoas, o que equivale a 7,3% da PEA (IBGE, 1996). Em 1995, 28,7% da população brasileira vivia com menos de um salário mínimo. (Banco Mundial, 1997: 224)

Desemprego e Produto Interno Bruto

Ano	Taxas de Desemprego				PIB REAL (índice)
	IBGE	DIEESE (aberto)	DIEESE (oculto)	DIEESE TOTAL	
1983	6,7	-	-	-	100,0
1984	7,1	-	-	-	105,3
1985	5,2	7,8	4,7	12,5	113,6
1986	3,6	6,1	3,7	9,6	122,2
1987	3,7	6,1	2,9	9,0	126,6
1988	3,8	7,0	2,7	9,7	126,4
1989	3,3	6,6	2,2	8,8	130,6
1990	4,9	7,4	2,9	10,30	124,9
1991	6,0	7,9	3,8	11,70	125,3
1992	7,1	9,2	6,0	15,20	124,3
1993	6,1	8,6	6,0	14,60	129,5
1994	5,8	8,9	5,3	14,20	137,1
1995	5,5	9,0	4,2	13,20	143,2
1996	6,7	10,0	5,10	15,10	148,3
1997	7,3	10,20	5,30	15,50	152,4

Fonte: IBGE (PME) e SEADE/DIEESE (PED)

- Crescimento do trabalho precário, ou seja, com menores salários, maiores jornadas de trabalho, menos direitos sociais⁴. No Brasil,

⁴ A FIAT, na região de Betim, em Minas Gerais, reduziu o número de trabalhadores de 24,5 mil para 14,4 mil desde 1997. Anunciou a demissão de 1.300 trabalhadores entre

somando-se às condições desiguais já apontadas, observa-se o crescimento do trabalho assalariado sem registro em carteira, ao mesmo tempo que decresce a PEA assalariada com registro, como já salientado anteriormente. Isto significa o crescimento dos serviços terceirizados, do trabalho temporário muitas vezes revestidos da denominação "ocupação por conta própria".

A qualificação (educação e formação profissional) se transformou no fetiche capaz de romper este processo. Somas vultuosas estão sendo gastas no mundo para requalificar trabalhadores. Os resultados são pífios se mensurados a partir da reinserção no mercado de trabalho, como atestam pesquisas em vários países. Também no Brasil, através do PLANFOR - Programa Nacional de Qualificação do Trabalhador, com verbas do FAT - Fundo do Amparo ao Trabalhador, constituído pelas contribuições do PIS e PASEP, foram despendidos 596,3 milhões de reais (45% na região sudeste do país) para atender 3,3 milhões de trabalhadores. Em São Paulo, de acordo com dados da Secretaria do Trabalho, 11% dos trabalhadores que cursaram programas de formação conseguiram se inserir no mercado de trabalho, em 1997. (PLANFOR, 1998).

As contradições do mercado de trabalho tomadas, aqui, como argumentos para referendar a hipótese norteadora deste trabalho, adquirem especificidades próprias no Brasil, mas estão presentes no contexto da mundialização, em maior ou menor grau, com maior ou menor grau de proteção social, dependendo dos diferentes contextos históricos nacionais. (Tanguy,1996; Castel,1998; Appay e Thébaud-Mony,1997; Hirata, Lautier e Salama, 1998)

RELAÇÃO ENTRE ESCOLARIDADE E DESEMPREGO

O desemprego crescente de trabalhadores escolarizados, sobretudo nos setores mais modernos da sociedade, é tomado como um dos argumentos para relativizar esta perspectiva instrumental da educação, que se expressa como se fosse capaz de garantir o emprego e a ascensão na hierarquia das empresas e na escala salarial, ou seja, como sendo capaz de garantir empregabilidade.

os dias 1 e 18 do mês de dezembro de 1998. Segundo a empresa 90% dos demitidos devem ser contratados pelas terceirizadoras de serviços para a própria FIAT. Jornal Folha de São Paulo, 25/11/98, p.2-1

Neste sentido, os dados sistematizados pelos economistas Marcelo Ikeda, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Econômico (PNUD) e Sheila Najberg, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a partir dos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho, informam que, no ano de 1996, os trabalhadores da indústria, com terceiro grau completo foram desempregados (6,1%) mais intensamente do que os analfabetos (4,4%). No ano seguinte, a taxa de desemprego dos trabalhadores com terceiro grau (2,9%) permaneceu superior a taxa daqueles que não haviam completado a oitava série do primeiro grau.

Trabalhadores Formais da Indústria

Grau de instrução	1996 admitidos	1996 desligados	saldo líquido	% sobre 95
Analfabeto	87.118	94.272	-7.155	-4,4
4 ^a . série incompleta	297.277	328.327	-31.050	-5,2
4 ^a . série completa	457.146	527.440	-70.298	-6,8
8 ^a . série incompleta	626.331	651.293	-24.962	-2,0
8 ^a . série completa	456.858	462.903	-6.044	-0,7
2. grau incompleto	213.984	205.753	8.231	1,8
2. grau completo	257.327	245.727	11.601	1,8
Superior incompleto	45.800	49.832	-4.032	-2,7
Superior completo	68.665	83.582	-14.916	-6,1
Ignorado	19.494	15.868	3.626	11,1

Fonte: CAGED/MTB Elaboração: Marcelo Ikeda e Sheila Najberg

Grau de instrução	1997 admitidos	1997 desligados	saldo líquido	% sobre 96
Analfabeto	82.344	97.555	-15.211	-9,8
4a. série incompleta	251.374	304.837	-53.462	-9,5
4a. série completa	405.370	478.126	-72.755	-7,5
8a. série incompleta	609.746	640.951	-31.204	-2,6
8a. série completa	485.650	467.778	17.872	2,0
2. grau incompleto	233.725	218.677	15.047	3,2
2. grau completo	300.709	273.780	26.929	4,1
Superior incompleto	50.526	51.322	-796	-0,6
Superior completo	87.146	93.719	-6.573	-2,9
Ignorado	14.409	11.256	3.153	8,7

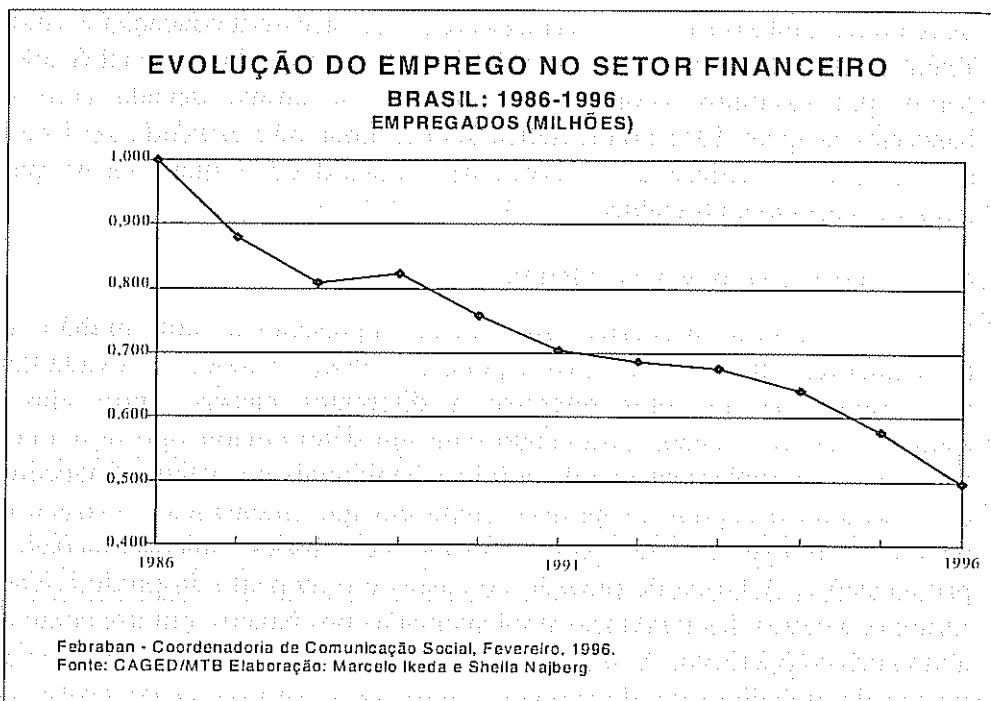
O desemprego de trabalhadores, em decorrência do processo de reestruturação, acrescenta uma nova dimensão aos problemas sociais que já

marcam há muito o Brasil: miséria, pobreza, não acesso à educação e saúde. Trata-se do desemprego de trabalhadores escolarizados e qualificados, como, por exemplo, ocorreu intensamente na última década com os bancários no país. Esta problemática social, ainda não estudada no Brasil, auxilia a desmistificar a exigência de escolaridade e qualificação para garantir o acesso ao trabalho.

O EXEMPLO DOS BANCÁRIOS⁵

A categoria bancária, no Brasil, representava um milhão de trabalhadores em 1986; dez anos depois, em 1996, 497.000. A elevada taxa de desemprego no setor refere-se a diferentes causas, entre elas a estabilização da moeda, terminando com um determinado tipo de ciranda financeira e a implementação de políticas neoliberais no sistema financeiro, concentrando o capital ao mesmo tempo em que intensifica a entrada de bancos estrangeiros no país, através de fusões, incorporações e privatizações. A busca de redução de custos e o aumento da produtividade foram os vetores das mudanças implementadas nos bancos, em um contexto altamente competitivo. Assim, é possível destacar a eliminação e fusão de postos de trabalho, em decorrência tanto da superposição de postos de trabalho como das práticas de gestão que possibilitam a flexibilização funcional do trabalho (que se traduz pela realização de várias tarefas ao mesmo tempo), a redução de níveis hierárquicos e a opção política e econômica que embasa o uso das inovações tecnológicas, determinando, ao mesmo tempo, crescimento da produtividade e a redução de postos de trabalho, sem contudo alterar a jornada de trabalho dos que permanecem empregados. Pelo contrário, é registrado um número maior de horas extras, de acordo com as entrevistas realizadas nesta pesquisa.

⁵ Segnini, Liliana R.P. e outros. *Novas formas de relações empregatícias e qualificações requeridas em um contexto altamente informatizado: análise do sistema financeiro no Brasil*. Relatório de Pesquisa, 1998. mimeo. Este projeto vincula-se ao projeto integrado *Produção e Qualificação*, que enfoca diferentes subsetores da economia, intitulado convênio Cedes/Finep/PCDT-CNPq, período 1995/1997.



A categoria bancária distingue-se, há muito tempo, de outras categorias profissionais no Brasil, por ser altamente escolarizada. Os bancos selecionam seus funcionários no mínimo com primeiro grau completo (8 anos de estudo), com forte predominância do segundo grau (11 anos de estudo) e terceiro grau (16 anos de estudo) desde a década de 60, a partir da Reforma Bancária. O que se observa, em termos comparativos com a atual conjuntura, é que, efetivamente, cresce o número de bancários com terceiro grau e decresce a porcentagem de bancários com primeiro e segundo grau. Esta constatação tem possibilitado tanto aos bancos como aos sindicatos dos bancários afirmar que, no contexto da reestruturação dos bancos, é requerido um novo e mais elevado patamar de qualificação dos bancários.

**Distribuição dos Bancários por Grau de Instrução
São Paulo - 1989-93 (%)**

Anos	Total	1o. grau	2º grau Incompleto	2º grau Completo	3º grau Incompleto	3º grau Completo
1989	100,0	22,3	15,9	31,7	11,4	18,7
1990	100,0	20,6	14,1	33,7	13,1	18,6
1991	100,0	19,4	12,4	32,9	14,9	20,4
1992	100,0	16,0	11,2	35,5	12,7	24,6
1993	100,0	14,6	9,8	34,4	15,6	25,6

Fonte: SPG. Convênio SEADE - DIEESE

Nesta pesquisa, a análise dos postos de trabalho não confirma a colocação acima como decorrência do conteúdo destes mesmos postos e processos de trabalho. O que se observa é que os procedimentos para executá-los tendem a ser cada vez mais simplificados e seguros, com a difusão das tecnologias da informação e, submetidos a controles mais rígidos, tanto para os postos de trabalho passíveis de alto grau de normatização (escriturário caixa, compensador), como para aqueles que vivenciam forte tensão entre os procedimentos pré-normatizados, padronizados, e a particularidade, a singularidade de cada caso, ou seja, aqueles que estabelecem relação direta com o cliente. Por exemplo: na função gerente, a particularidade que cada caso, a singularidade que cada cliente representa é minimizada pela construção de *softwares* que, através do preenchimento de ficha cadastral informa o “valor” (em termos de riscos e rentabilidade) deste cliente. Assim, no limite de sua alçada, o gerente pode autorizar ou não a transação financeira. Para as operações de valores mais elevados, comitês de crédito (grupo de gerentes ou diretores) aprovam a operação, como já faziam anteriormente. Neste sentido, torna-se necessário saber utilizar estes programas, de comandos simples, que não demandam longo processo de formação, ao contrário, muito comumente é o próprio colega que, no dia a dia, informa como proceder.

Qual seria então, o significado da “nova qualificação” exigida do bancário, na ótica dos bancos?

Em um contexto de intensa concorrência interbancária, intensificação do trabalho e redução de custos, a qualificação, na perspectiva dos bancos, expressa a capacidade de competir, com sucesso, tanto com colegas de trabalho na execução de serviços internos, na busca de um desempenho diferencial cada vez melhor, como no mercado financeiro, vendendo produtos e serviços bancários. Isto quer dizer que, na ótica dos bancos, ser

capaz e ter disposição para competir, ser capaz de ser “um vencedor”, marca e caracteriza competências, compreendidas como sendo qualificação (Ropé e Tanguy, 1998). Esta afirmação depreende-se tanto das entrevistas realizadas como das descrições e observações dos postos de trabalho. Assim, é apontado como qualificação para ocupá-los, “ser capaz de se adaptar à intensificação do ritmo de trabalho e às demandas dos clientes”, “disposição para ser competitivo”, “ser amável”, “equilibrado”, “ser capaz de se adaptar às novas situações”, “ter comportamento social adequado”, etc...

Desta forma, um conjunto de processos sociais, econômicos, culturais é mobilizado na construção da qualificação “para o mercado”, além, sem dúvida, da grande importância adquirida pelos atributos pessoais. Observa-se também que a importância do diploma, em termos de conteúdo (qualidade) é relativizada, adquirindo muito mais um caráter legitimador do posto de trabalho ocupado do que mobilizador de conhecimentos.

Vários exemplos foram destacados nesta pesquisa. Salienta-se, para citar alguns, a gerência, caixa de banco, teleatendimento, compensador de cheques e até mesmo analista de sistemas, ou seja, para os postos de trabalho que implementam políticas já previamente definidas pela alta direção dos bancos. Para as funções que projetam políticas e procedimentos a serem cumpridos por toda a instituição (alta direção), registra-se a exigência de diplomas obtidos nas melhores escolas do país, frequentemente com pós-graduação no exterior, mas esta exigência não se constitui em característica singular do processo de reestruturação produtiva.

Neste sentido, os aspectos sociais que constroem “a nova qualificação”, que efetivamente valorizam as competências individuais do bancário, reafirma o que já foi dito por Ropé e Tanguy, a propósito do contexto francês, ou seja, que as organizações estão realizando “... uma busca obstinada por individualização” no interior dos processos produtivos (Ropé e Tanguy, 1998). Como corolário desta afirmação, é percebido que o fosso entre aqueles que vivenciaram trajetórias sociais que lhes possibilitaram a aquisição das competências valorizadas em um contexto competitivo, e aqueles que só se escolarizaram, se aprofunda. A desigualdade social se expressa desta forma mais intensamente do que já era observado.

Assim, na pesquisa referida, é compreendido que os índices de escolaridade mais elevados registrados nos bancos se referem não a uma exigência do conteúdo do posto de trabalho, mas a um longo processo de

desemprego que possibilita privilegiar, para permanecer empregado, os bancários mais escolarizados, entre os outros que vão sendo excluídos deste segmento do mercado de trabalho.

ESCOLARIDADE E DESIGUALDADE NO MERCADO DE TRABALHO: UM ENFOQUE DE GÊNERO

A segunda contradição apontada como argumento para relativizar a relação entre escolaridade e inserção no mercado de trabalho é encontrada na condição desigual da mulher no mercado de trabalho.

No Brasil, as mulheres também vivenciaram, nos últimos trinta anos, inegáveis ganhos sociais, políticos e econômicos observados em vários estudos referentes a outros contextos nacionais, sobretudo nos países desenvolvidos.

Neste sentido, o crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho, após a década de 60 até 1995, é um dos indicadores mais elucidativos para acompanhar este processo, em decorrência do significado social que expressa.

Indicadores de participação econômica por sexo Brasil

Sexo	PEA (em milhões)			Var. 1985/95	Taxa de Atividade (%)			Proporção de mulheres entre os trabalhadores		
	85	90	95		85	90	95	85	90	95
ANO (19...)				%						
homem	36,6	41,6	44,2	20,8	76,0	75,3	78,3	66,5	64,5	59,6
mulher	18,4	22,9	30,0	63,0	36,9	39,2	53,4	33,5	35,5	40,4

Fonte: FIBGE, PNADs 85 e 90 (tab. 3.1), 95 (tabs 4.2 e 4.33) In: Bruschini, Maria Cristina Aranha. Trabalho da Mulheres no Brasil. Continuidades e Mudanças no Período 1985-1995. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1998. texto mimeo

No período focado (1985/95), o crescimento da participação da mulher no mercado de trabalho (63%) é significativamente superior ao do homem (20,8%). Isto quer dizer que a porcentagem de mulheres na PEA elevou-se de 36,9%, em 1985, para 53,4%, em 1995. No mesmo período, a taxa de atividade masculina registrou discreto crescimento de 76,0% para 78,9%. Desta forma, em 1995, a proporção de mulheres entre os trabalhadores era de 40,4% (1985 = 33,5%), enquanto que para os homens é registrado um decréscimo de 66,5% (1985) para 59,6% (1995).

Liliana Rolfsen Petrilli Segnini

Considerando a distribuição da PEA masculina e feminina por escolaridade observa-se que os índices de escolaridade das mulheres, a partir do 8º ano de estudo, superam a escolaridade masculina:

Anos de Estudo	1993		1995	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Sem instrução e menos de um ano	17,0	14,4	16,3	13,2
1 a 3 anos	20,0	17,4	19,0	16,5
4 a 7 anos	34,1	32,0	34,1	31,9
8 a 10 anos	12,7	13,0	13,4	13,6
11 a 14 anos	11,6	16,9	12,2	18,1
15 anos ou mais	4,5	6,0	4,8	6,5
Total	100	100	100	100
Milhões	42,9	28,0	44,2	30,0

Fonte: FIBGE 1993/1995 tab. 4.3

No entanto, a análise dos dados apontados não permite a afirmação de que este crescimento se refere tão somente a uma conquista social das mulheres na busca de oportunidades iguais aos dos homens, no Brasil. Em alguns aspectos, para algumas mulheres, uma minoria, sim; mas não só.

A segregação sexual no trabalho persiste como um fenômeno mundial. O inegável crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho e a escolaridade elevada alteram pouco as condições socioeconômicas por elas vivenciadas. A desigualdade entre homens e mulheres se expressa de diferentes formas, como a posição ocupada pelas mulheres no mercado de trabalho: 17,2% trabalhadoras domésticas, 13,1% não-remuneradas, 9,3% em atividades de autoconsumo, perfazendo um percentual de 40% de postos de trabalho precários, enquanto para os homens este índice é de 10,7%. Mesmo entre as mulheres empregadas (41,9%) é possível observar que vários indicadores (rendimento, jornada de trabalho, registro em carteira e direitos no trabalho), apontam para a precária condição da maioria das mulheres que ocupam postos de trabalho que demandam menor qualificação reconhecida efetivamente pela remuneração, como muitas no setor de prestação de serviços, onde 29,8% das mulheres e 12,0% dos homens trabalha. Entre estes trabalhadores(as), 78% das mulheres e 43% dos homens se inserem na classe de rendimento mensal de até R\$ 240,00 (Bruschini, op. cit). As desigualdades, enquanto movimento,

são registradas tanto pelo IBGE como pelo SEEADE/DIEESE, que utilizam metodologias diferenciadas para suas coletas de dados, mesmo que os números encontrados difiram entre si.

Distribuição dos ocupados segundo anos de estudo e classes de rendimento Brasil

Classes de rendimento em salários-mínimos

Anos de estudo	até 2		mais de 2 a 5		mais de 5 a 10		mais de 10		s/ rendimento		s/ declaração		total (%)	
	1993	1995	1993	1995	1993	1995	1993	1995	1993	1995	1993	1995	1993	1995
HOMENS	47,2	39,3	25,1	28,2	9	12,2	6,5	8,8	10,6	10,1	1,6	1,4	100	100
sem instrução/menos de 1 ano	67,7	65,1	11,5	14,6	1,8	2,7	0,6	0,8	15,5	15,2	2,9	1,7	100	100
1 a 3 anos	57,3	50,1	19	24,4	3,7	5,3	1,4	1,8	16,9	17,2	1,5	1,2	100	100
4 a 7 anos	49,6	39,8	29,1	34,6	7,2	11,3	3	3,8	10,1	9,5	0,9	0,8	100	100
8 a 10 anos	37,8	27,8	36,5	39,2	13,3	18,2	5,6	8,3	5,9	5,4	1	1	100	100
11 a 14 anos	19,7	13,1	36,3	31,7	24	28,6	16	22,3	2,4	2,5	1,5	1,8	100	100
15 anos e mais	4,2	2,1	14,7	7,9	23,3	19,6	53,6	65,1	0,9	0,9	3,4	4,5	100	100
MULHERES	54	47,3	14,5	18,4	4,5	7	2,4	3,9	23,7	22,5	0,9	0,9	100	100
sem instrução/menos de 1 ano	51,7	49,2	2,5	4,1	0,2	0,5	-	0,1	43,9	45,2	1,5	0,9	100	100
1 a 3 anos	56	53	4,1	7,5	0,4	0,7	0,1	0,2	38,5	38,1	0,7	0,6	100	100
4 a 7 anos	63,7	57,9	9,5	14,8	1	2,3	0,3	0,6	25	23,9	0,5	0,5	100	100
8 a 10 anos	64,3	53,4	19,8	27,2	3,3	6,4	1	1,5	11,1	10,7	0,5	0,9	100	100
11 a 14 anos	43,5	33,1	34,8	37,2	11	16,8	4,4	6,7	5	5	1,3	1,2	100	100
15 anos e mais	12,3	5,9	32,2	23,5	28,8	32,8	22,6	33,4	1,8	1,4	2,2	3	100	100

Fonte: FIBGE 1993/95 PNAD tab. 4.3 In: Bruschini, op. cit.

Distribuição dos ocupados com rendimento no trabalho principal, por sexo e posição na ocupação - BRASIL

Posição na ocupação e classes de rendimento mensal do trabalho principal	1993		1995	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Empregados (milhões)	23,7	11,1	23,8	11,5
%	100,0	100,0	100,0	100,0
até 2 salários mínimos	56,5	62,8	45,7	50,5
mais de 2 a 5 salários mínimos	28,2	25,5	33,9	32,3
mais de 5 salários mínimos	14,6	11,0	20,5	17,2
sem declaração	0,7	0,6	--	--
Trabalhadores domésticos (milhões)	0,30	4,2	0,30	4,7
%	100,0	100,0	100,0	100,0
até 2 salários mínimos	89,4	96,6	79,5	90,4
mais de 2 a 5 salários mínimos	9,5	2,8	17,3	8,9
mais de 5 salários mínimos	0,3	0,1	3,2	0,6
sem declaração	0,8	0,6	--	--
Contas-Próprias (milhões)	10,2	4,1	10,8	4,5
%	100,0	100,0	100,0	100,0
até 2 salários mínimos	53,3	74,9	50,4	70,1
mais de 2 a 5 salários mínimos	28,9	15,5	29,6	19,5
mais de 5 salários mínimos	14,7	6,9	20,0	10,3
sem declaração	3,4	2,8	--	--
Empregadores (milhões)	2,0	0,4	2,1	0,5
%	100,0	100,0	100,0	100,0
até 2 salários mínimos	13,4	18,9	9,7	10,5
mais de 2 a 5 salários mínimos	26,8	33,9	22,0	24,8
mais de 5 salários mínimos	57,6	43,7	68,4	64,6
sem declaração	2,3	3,4	--	--

Fonte: FIBGE, PNAD 1993 e 1995, tabela 4.22

Observa-se a intensa participação da mulher como empregada doméstica no mercado de trabalho, entre as quais 90% recebem até 2s.m., e a irrisória participação como empregadora (0,5%). No entanto, qualquer que seja a inserção na ocupação, as mulheres recebem menores salários do que os homens.

Dados produzidos pelo SEADE/DIEESE registram que o rendimento médio das mulheres em 1996 (R\$ 585,00) correspondia a 60% do obtido pelos homens (R\$ 995,00). Se o rendimento for considerado por hora trabalhada a diferença persiste, invalidando o argumento de que elas estariam, eventualmente, trabalhando uma quantidade menor de horas.

**Rendimento dos Ocupados, em Salários Mínimos
Brasil 1985-95**

ANOS	RENDIMENTO EM SALÁRIOS MÍNIMOS		
	MULHERES	HOMENS	DIFERENÇA
1985	1,9	3,7	51%
1986	2,7	5,3	51%
1987	2,1	4,0	53%
1988	2,1	4,0	53%
1989	2,5	4,7	53%
1990	2,2	3,8	58%
1992	1,7	3,1	55%
1993	1,8	3,5	51%
1995	2,4	4,4	55%

Fonte: IBGE. PNDA - 1995

Elaboração : DIEESE

Obs: a) Não incluídos os rendimentos da população da zona rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; b) Valores inflacionados pelo INPC com base em setembro de 1995 e expressos em saláriosmínimos de setembro de 1995.

**Distribuição dos ocupados por sexo, segundo setor de atividade
Região Metropolitana de São Paulo, 1996 (em %)**

Setor de atividade	Rendimento médio	
	Mulheres	Homens
Total de Ocupados	585	995
Indústria	596	1.063
Comércio	523	858
Serviços	721	1.042
Construção civil	(2)	755
Serviços domésticos	275	(2)

DESEMPREGO E PRECARIZAÇÃO NO TRABALHO

O crescimento da participação da mulher no mercado de trabalho, em termos históricos, inscreve-se no contexto do processo de reestruturação já apontado anteriormente, caracterizado pelo crescimento do trabalho assalariado sem registro, dos contratos temporários e empregos terceirizados.

Entre as implicações destas mudanças, é destacada a complexidade das relações de gênero no mundo do trabalho, tendo em vista que o "recurso à força de trabalho feminina passou por ampla disseminação" (Harvey; op.cit.). Nicole-Drancourt, referindo-se ao mercado de trabalho francês, exemplifica numericamente a questão, afirmando que nos anos 80 as mudanças no mundo do trabalho implicaram em 2,5 milhões de desempregados, um milhão de ativos precários, 2,5 milhões de trabalhadores em tempo parcial, ou seja, um quarto da população com idade legal de trabalho encontrava-se fora das normas de atividade. As mulheres significavam 3/4 desta população "fora da norma", enquanto que representam menos da metade do conjunto da população ativa (Nicole-Drancourt; 90).

No Brasil, o trabalho "fora da norma" é o trabalho realizado sem "carteira assinada". Trata-se do trabalho informal ou por conta própria, precário em termos de direitos referentes ao trabalho, caracterizado, em sua maioria, pela insegurança social. Este tipo de ocupação sempre esteve presente no cenário econômico nacional, em porcentagens elevadas, que passam a crescer ainda mais, a partir da implementação dos processos de reestruturação produtiva, observadas sobretudo nos anos 90. Os novos postos de trabalho - ditos flexíveis - sobretudo referentes ao processo de subcontratação, trabalho temporário, que estão surgindo no contexto da reestruturação, enquadram-se nestas características.

Precarização no trabalho é um processo social que atinge homens e mulheres, porém as mulheres já estavam em maior número nas ocupações precárias e continuam a vivenciar taxas maiores de informalidade e precariedade do que os homens.

Característica do emprego urbano feminino e masculino (%)

	HOMEM		MULHER	
	1990	1993	1990	1993
Taxa de informalidade (1)	39,09	44,63	45,90	54,22
Taxa de precariedade (2)	10,51	19,70	15,50	26,50

Fonte: Atlas Regional das Desigualdades, IPEA-DIPES/IBGE, 1996 In: Lavinás, Lena e Barsted, Leila Linhares. Mudanças na sociedade salarial, regulamentação e emprego feminino. Anais do X Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Belo Horizonte. ABEP, 1996

(1) Proporção de trabalhadores conta-própria e empregados sem carteira sobre a população ocupada e (2) Proporção de trabalhadores que trabalham mais de 40 horas por semana e ganham menos de um salário mínimo por mês sobre o total da população ocupada

Neste sentido, pode-se afirmar que as mulheres foram pioneiras ao ocupar postos de trabalho precários, que estavam por vir para ambos os sexos, no contexto da reestruturação produtiva. Mesmo assim, elas continuam campeãs em informalidade e precariedade e começam a ser atingidas intensamente pelo desemprego em vários setores. Estas questões precisam ser pesquisadas mais intensamente, mesmo porque possibilitam melhor compreensão dos processos de mudanças sociais a partir da reestruturação econômica, que ainda está em curso.

Nos últimos anos, as taxas de desemprego vêm apresentando crescimento acentuado para os trabalhadores de ambos os sexos, com elevação mais intensa para os homens. No entanto, historicamente, as taxas relativas às mulheres são mais elevadas, independentemente da região do país.

**TAXAS DE DESEMPREGO, POR SEXO - MÉDIAS ANUAIS
REGIÕES METROPOLITANAS DE SÃO PAULO, PORTO ALEGRE,
CURITIBA E DISTRITO FEDERAL 1985-97 (EM %)**

ANO	RM SÃO PAULO		RM DISTRITO FEDERAL		RM PORTO ALEGRE		RM CURITIBA	
	F	M	F	M	F	M	F	M
1985	15,5	10,1						
1986	12,7	7,6						
1987	12,2	7,3						
1988	12,1	8,1						
1989	10,6	7,5						
1990	12,1	9,1						
1991	13,0	10,8						
1992	17,1	13,9	17,8	13,7	16,4	12,5		
1993	16,3	13,4	17,6	13,0	14,3	10,7		
1994	16,4	12,7	17,0	12,6	13,2	10,0		
1995	15,3	11,8	17,3	14,4	12,9	9,2	12,2	9,8
1996	17,2	13,5	19,1	15,0	14,1	12,4	14,4	12,1
1997(1)	18,8	13,8	19,9	15,6	16,1	12,8	16,5	13,1

FONTE: DIEESE/ Seade, Ipardes, Sert/Sine-PR, FEE, FGTAS/Sine-RS e GDF (Codeplan e STB). PED-SP, RMC, RMPA e DF- Pesquisa de emprego e desemprego

Obs: A pesquisa inicia-se em 1992 no Distrito Federal e Porto Alegre e em 1995 em Curitiba

Nota: (1) Dados referentes ao mês de junho

**Taxas de Desemprego, segundo sexo e Tipo de Emprego
Região Metropolitana de São Paulo
1989- 1997 em porcentagem**

Tipo de Desemprego (por Sexo)	1989	1996	1997
Mulheres	10.6	17.2	48.3
Desemprego Aberto	8.2	12.5	12.9
Desemprego Oculto	2.5	4.7	5.4
Homens	7.5	13.5	14.2
Desemprego Aberto	5.4	8.1	8.4
Desemprego Oculto	2.1	5.4	5.8

FONTE: SEP. Convênio SEADE – DIEESE

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As contradições apontadas neste trabalho, referentes à relação entre educação e trabalho, possibilitam, em primeiro lugar, a reafirmação da compreensão de que a qualificação para o trabalho é uma relação social, muito além da escolaridade ou da formação profissional. Trata-se de uma relação social (de classe, de gênero, de etnia, geracional), que se estabelece nos processos produtivos, no interior de uma sociedade regida pelo valor de troca e fortemente marcada por valores culturais que possibilitam a construção de preconceitos e desigualdades. Isso quer dizer que os conhecimentos adquiridos pelo trabalhador através de diferentes processos e instituições sociais - família, escola, empresa, etc - somados às suas habilidades, também adquiridas socialmente, acrescidas de suas características pessoais e de sua subjetividade, de sua visão de mundo, constituem um conjunto de saberes e habilidades que significa, para ele, trabalhador, valor de uso. Este só se transforma em valor de troca em um determinado momento histórico, se reconhecido pelo capital como sendo relevante para o processo produtivo.

O reconhecimento do grau de qualificação do trabalhador pelas empresas se dá através de sua particular inserção em diferentes níveis hierárquicos e salariais, em diferentes formas de relações empregatícias como trabalho assalariado (com ou sem registro), trabalho terceirizado, contratos temporários, sem remuneração. A qualificação assim compreendida expressa relações de poder no interior dos processos produtivos e na sociedade e implica também no reconhecimento de que escolaridade e formação profissional são condições necessárias, mas jamais suficientes para o desenvolvimento. Isto porque é compreendido que somente políticas e ações concretas, que possibilitem real desenvolvimento (distribuição de renda, reforma agrária, do sistema de saúde e educacional), podem estar superando desigualdades e construindo condições sociais que redundam em cidadania e qualificação. Estas só encontram sentido social no interior de um projeto de desenvolvimento econômico que possibilite trabalho e direitos sociais. Senão, como sugere Arrighi (1997), trata-se tão somente da "ilusão de desenvolvimento".

Neste contexto, a educação torna-se fundamental como um fim em si mesma, tal como descrita na introdução deste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 2ª Edição, São Paulo: Cortez, Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.
- APPAY, Béatrice et Thébaud-Mony, Annie. *Précarisation sociale, travail et santé*. Paris, IRESCO, 1997
- ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. Ed. Vozes, Petrópolis, R.J., 1997
- AUBERT, Nicole e Gaulejac, Vincent. *Le coût de L'Excellence*. Paris: Éditions du Seuil, 1991.
- BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade, Dedecca, Cláudio Salvadori e Henrique, Wilnês. *Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil*. Campinas: CESIT/UNICAMP, [s.d.] mimeo.
- BANCO MUNDIAL. Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial. *O trabalhador e o processo de integração mundial*. Washington. 1995
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar . A aventura da Modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BERNIER Colette. *La polyvalence des emplois*. Montreal: Institut de Recherche Appliquée sur le Travail - IRAT. n.22, octobre 1982.
- BOYER, Robert. *La flexibilité du travail en Europe*. Paris, La Découverte, 1986.
- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e Capital Monopolista. A Degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1981.
- BRUNO, Lúcia (org.) *Educação e Trabalho no Capitalismo Contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 1996.
- CAHIERS DU GEDIIST n.19 - *Travail, Espaces et Professions*. Paris, Harmattan, 1997
- CASTEL, Robert et allii. *Chômage: Le cas français*. Collection des rapports officiels. Rapport au Premier ministre. Paris, La Documentation Française. 1997.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social. uma crônica do salário*. São Paulo. Vozes. 1998.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996
- CLAIMONT, F. *Deux cents sociétés qui contrôlent le monde*. Paris. Le Monde Diplomatique, abril 1997, p.1 e 16.
- COMIM, Á. A., Cardoso, A. M. *Qualificação profissional e flexibilização do mercado de trabalho: duas teses e uma antítese*. São Paulo: CERU - USP, 1996. (mimeo).

DEDECCA, Cláudio Salvadori; Brandão, Sandra M. Chagas. *Crise, transformações estruturais e mercado de trabalho*. In: *Crise brasileira - anos oitenta e governo Collor*. São Paulo: CUT(DESEP) e Instituto Cajamar (INCA), 1993.

ROPÉ, Françoise; TANGUY, Lucie. *Saberes e Competências. O uso de tais noções na escola e na empresa*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1997

COMMAILLE, Jacques. *Les Stratégies des femmes. Travail, famille et politiques*. Paris, Éditions la Decouverte. 1993.

COSTA, Albertina de Oliveira, BRUSCHINI, Cristina (orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos ; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

CSN - Comité de la Condition Féminine de la Confederation Syndicale Nationale *On vit pas d'amour et d'eau fraîche ou Quelle est la valeur du travail des femmes*. 53ième Congrès .Montreal, 1986.

CSN - *Des emplois pour tout le monde*. Montréal: Éditions Saint-Martin, 1983.

DEDECCA, Cláudio Salvadori, BRANDÃO, Sandra M. Chagas. *Crise, transformações estruturais e mercado de trabalho*. In: *Crise Brasileira - anos oitenta e governo Collor*. São Paulo: CUT(DESEP) e Instituto Cajamar (INCA), 1993.

DEDECCA, Claudio Salvadori. *As políticas de qualificação e formação e seus efeitos sobre o mercado e as relações de trabalho: algumas experiências européias*. Relatório de atividades, Mimeo, Projeto de Pesquisa: Emprego e Desenvolvimento Tecnológico. CNPq-Dieese-Cesit, Campinas, São Paulo, 1998

DIEESE - Estudos Setoriais. *Terceirização e Reestruturação Produtiva do setor bancário no Brasil*. São Paulo: DIEESE, n.02, julho, 1994.

DONIOL-SHAW, Lerolle, Anne. *L'Évolution du rapport genre-qualification: question d'identité et de pouvoir*. In: *Cahiers du GEDISST - Groupe d'études sur la division sociale et sexuelle du travail* Paris, Institut de Recherche sur les Sociétés Contemporaines - CNRS, 1993

DORÉ, Michel e Ferland, Guy. *Prendre les devants dans l'organisation du travail*, Montréal: CSN, 1992.

DOWBOR, Ladislau e Ianni, Octavio e Resende, Edgar A. (orgs). *Desafios da globalização*. Ed. Vozes, Petrópolis, R.J., 1998.

DUPUY-HERELLE, Evelyne. *Femmes au chômage*. Marseille, Paris. Hommes et Perspectives, . EPI, 1997.

EYRAUD, Francois e Rozenblatt, Patrick . *Les formes hiérarchiques: travail et salaires dans neuf pays industrialisés*. Collection Cahier Travail et Emploi. La Documentacion Française, Paris, 1994

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. Edusp: FDE, São Paulo, 1998

FREYSSINET, Michel, Hirata, Helena Sumiko. Mudanças Tecnológicas e Participação dos Trabalhadores: o CCQ no Japão. *RAE - Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 25, n.3, p.5-21, 1985

FUNDAÇÃO Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. PNAD. 1981 e 1990.

GITAHY, Leda. (org.) *Reestructuracion Productiva, Trabajo y Educacion en America Latina*. Campinas: IG/Unicamp, Buenos Aires:RED CIID-CENEP, 1994

GORZ, André. *Capitalisme, socialisme, écologie*. França, Galilée, 1991

GUAINO, Henri e Castel, Robert e Fitoussi, Jean-Paul e Freyssinet, Jacques. *Chômage: Le cas français*. Rapport au Premier ministre. La documentation française, Paris, 1997

HARVEY, David.. *A Condição Pós-Moderna.Uma Pesquisa Sobre a Origem da Mudança Cultural*. São Paulo. Edições Loyola., 1992

HIRATA, Helena e Lautier, Bruno e Salama, Pierre. *Les transformations du travail (Amérique latine, Asie)*. Revue Tiers Monde, numero 154, Paris, avril/juin 1998

HIRATA, Helena Sumiko (org.) *Sobre o "Modelo" Japonês.Automatização, Novas Formas de Organização e de Relações de Trabalho*.São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993

HIRATA, Helena. *Da polarização das Qualificações ao modelo da Competência: a evolução do debate no contexto dos novos paradigmas de organização industrial*. São Paulo. Simpósio Inovações tecnológicas, novos padrões de organização do trabalho e qualificação da mão de obra. Workshop Trabalho e Educação, ANPED. 44a. Anual da SBPC. 1992. mimeo.

HIRATA, Helena. Travail et Division Sexuelle du Travail. Comparaisons Internationales du Travail Industriel. Mémoire de synthèse pour l'habilitation à diriger recherches. Université de Versailles Saint-Quenti-en-Yvelines, 1997

HOBSBAWN, Eric. *A era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

HOLCMAN, Robert. *Le chômage- Mecanismos econômiques, consequências sociais et humaines*. La documentation française, Paris, 1997

HYMAN, R. Plus ça change? The theory of production and the production of the theory. In: POLLERT,A (org) *Farewell to flexibility*, Oxford, Blackwell, 1991

IADES - Instituto de Análises sobre o Desenvolvimento Econômico Social. *Perfil da Categoria Bancária em São Paulo*. Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários em São Paulo, 1993. mimeo.

IANNI, Octávio. *Teorias da Globalização*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira., 1996

JOBERT, Annette, Marry, Catherine, Tanguy, Lucie - *Éducation et Travail en Grande Bretagne, Allemagne et Italie*; ed. Armand Colin, Paris, 1995.

- KARTCHEVSKY, Andrée et all. *O sexo do trabalho*. Tradução: Sueli Tomazini Cassal. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- KERGOAT, Daniele, Imbert, Françoise, Le Doaré, Helene et Senotier, Daniele. *Les infirmières et leur coordination 1988-1989*. Paris, Editions Lamarre, 1992.
- KERGOAT, Danièle. Présentation. In: *Cahiers du GEDISST - Groupe d'études sur la division sociale et sexuelle du travail*. Paris, Institut de Recherche sur les Sociétés Contemporaines - CNRS, 1993
- KOPP, Anatole. Quando o Moderno não era uma estilo mas sim uma causa. São Paulo: Nobel, EDUSP, 1990.
- KURZ, Robert. *O colapso da modernização*. São Paulo, Paz e Terra, 1993.
- LEITE, Elenice - Reestruturação Produtiva, Trabalho e Qualificação no Brasil. In: Bruno, Lúcia (org.) *Educação e Trabalho no Capitalismo Contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 1996.
- LEITE, Márcia de Paula. *O futuro do trabalho. Novas tecnologias e subjetividade operária*. São Paulo: Scritta, 1995
- LÉVY, Pierre. *As tecnologias da Inteligência. O futuro do pensamento na era da informática*. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- LÉVY, Pierre. *O que é Virtual*. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- MARGINSON, O. The Employment structure of largies companies. In: Pollert, (org) *Farewell to Flexibility*. Oxford: Blackell, 1991
- MARTINS, Heloísa de Souza e Ramalho, José Ricardo. (org.) *Terceirização. Diversidade e Negociação no Mundo do Trabalho*. São Paulo: Hucitec: CEDINETs, 1994.
- MARUANI, Margareth (coordenação) *Les Cahiers du Mage Égalité, équité, discrimination: hommes et femmes sur le marché du travail.*, Paris, CNRS et Communautés Européennes, Services des Droits de Femmes. n. 02, 1997
- MATTOSO, Jorge Eduardo. *Crise, transformações produtivo-tecnológicas e trabalho - panorama visto do Brasil*. In: Cadernos do Cesit (texto para discussão nº 7). Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 1992.
- MATTOSO, Jorge. *A desordem do trabalho*. São Paulo: Scritta, 1995
- MOURA, A. *O Sistema Financeiro Nacional no contexto da Reestruturação*. Palestra proferida no CEBRAP, 1997 As palavras entre aspas expressam vocábulos específicos do jargão do Banco Central do Brasil.
- NETO, José Francisco Siqueira. *Políticas sindicais e mudanças na legislação do trabalho no Brasil*. In: Cadernos do Cesit (texto para discussão nº 8). Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 1992.
- CHANTAL, Nicole Drancourt. *Organisation du travail des femmes et flexibilité de l'emploi*. Paris. Sociologie du Travail. XXXII, n.2/90

- OFFE, Claus. *Capitalismo Desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- OFFE, Claus. Trabalho: A categoria-chave da sociologia? São Paulo, *Revista Brasileira de Ciências Sociais: Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*, n.10, vol 4, junho 1989
- OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. *Política de ajuste econômico e sindicatos no Brasil*. In: Cadernos do Cesit (texto para discussão nº 9). Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 1992.
- OLIVEIRA, Carlos Alonso B. de e Mattoso, Jorge Eduardo Levi (org) *Crise e Trabalho no Brasil. Modernidade ou volta ao passado*. São Paulo: Scritta, 1996
- OLIVER, N & Wilkinson, B. *Japanese Manufacturing Techniques and Personnel and Industrial Relations Practice in Britain: evidence and implications*. In: Bristish Journal of Industrial Relations, 1988, vol 27, n. 1.p.91
- OMNES, Catherine. *Ouvrières Parisiennes*. Marchés du Travail et trajectoires professionnelles au 20eme. siècle. Paris, Éditions de l'École des Hautes Études en sciences Sociales. 1997.
- ORGANISATION des Nations Unies. *Valoriser le Travail des Femmes*. New York: 1991.
- PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e trabalhadoras- presença feminina na constituição do sistema fabril*. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1981
- PESSIS- Pasternak, Guitta.(org.) *Do Caos à inteligência Artificial: quando os cientistas se interrogam* . São Paulo: Editora UNESP, 1993.
- POCHMANN, Marcio . *O movimento de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90: uma análise regional*. CESIT/IE/ UNICAMP, Mimeo, Campinas, SP, 1998.
- PROVOST, Monique. *L'employabilité et la gestion de l'exclusion du travail*. in Chômage et travail, Nouvelles Pratiques Sociales. vol.2, numero 2, Presses de l'Université du Quebec, 1989
- RIZEK, Cibele Saliba. Interrogações a um campo teórico em crise. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, 6 (1-2): 147-179, 1994.
- ROGERAT, Chantal. Chômage et égalité des chances. La division sexuelle du travail revisitée. *Les Cahiers du MAGE - Marché du Travail et Genre*, n. 3, abril de 1995
- ROLLE, Pierre - *O Que é Qualificação do Trabalho*, Mimeo, São Paulo, 1987.
- ROMANELLI, Geraldo. *O provisório definitivo: trabalho e aspirações de bancários em São Paulo*. São Paulo, SP: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1978. 2V. (Mestrado em Ciências Sociais).
- ROPÉ, Françoise e TANGUY, Lucie. *Saberes e Competências*. O uso de tais noções na escola e na empresa. Campinas, SP: Papyrus, 1997

SABÓIA, João. O Terciário: um setor em crescimento no Brasil. IN: *Setor Terciário. São Paulo em Perspectiva* - São Paulo, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. 6 (3) : p.25, julho/setembro.1992.

SALAMA, Pierre . *Pauvretés au Brésil: de l'inflation au chômage*. Problèmes d'Amérique latine. numero 21. La documentation française, Paris, avril/juin 1996

SCOTT, Joan. Women's history and rewriting of history. In: Farnham, Cristi. *The impact of feminist rerearch in Academy*, Indiana University Press/Bloomgmington - Polis, 1987.
Pereira, Vera Maria Cândido. *O coração da fábrica: estudo de caso entre operários têxteis*. Rio de Janeiro. Campus. 1979

SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análises de Dados *Mulher e Trabalho - Especial*, 1997

SEADE-DIEESE - Boletim PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego) - Estudo Especial, *Os bancários da grande São Paulo: Trajetória recente da ocupação*. São Paulo. 1994. nº 114.

SEAGER, Joni. Atlas. Des Femmes dans le Monde.Émancipation ou opression: un paysage contrasté. Paris, Éditions Autrement. collection Atlas/Monde, 1997

SEGNINI, R.P. Liliansa. *Mulheres no Trabalho Bancário: difusão tecnológica, qualificação e relações de gênero*. São Paulo: EDUSP, 1998.

_____. *Novas formas de relações empregatícias e qualificações requeridas em um contexto altamente informatizado: análise do sistema financeiro no Brasil*. Relatório I; II; III- Convênio CEDES/UNICAMP financiado pela FINEP, CNPq, FAE/UNICAMP. janeiro 1996; agosto 1996; janeiro 1997.

_____. Reestruturação nos bancos no Brasil: desemprego, terceirização e intensificação no trabalho. 1998, texto mimeo

SINGER, Paul. Desemprego e Exclusão Social. In: *São Paulo em Perspectiva*.vol. 10/ n. 1 , jan-mar/ 1996

SINGER, Paul. *Globalização e desemprego- diagnóstico e alternativas*. Editora Contexto, São Paulo, 1998

SOUZA-LOBO, Elizabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

TANGUY, Lucie - *Éducation et Travail en Grande Bretagne, Allemagne et Italie*; ed. Armand Colin, Paris, 1975.

_____. *Construction de la categorie formation dans un contexte de chômage en Grande-Bretagne*. IN: *Revue Sociologie du Travail*. Paris, Dunod. n. 4, 1995 .

_____. *Savoirs et Compétences - De L'Usage de ces Notions dans L'École et L'Entreprise*. Ed. L'Harmattan, Paris, 1994.

_____. *La formation, une activité sociale en voie de définition?* In: de Coster, M et Pichaut, F: *Traité de Sociologie du Travail*. Ed. de Boeck, Université, Bruxelles, 1994.

TAVARES, Maria da Conceição e Fiori, José Luís (orgs.) *Poder e dinheiro- Uma economia política da globalização*. Ed. Vozes, Petrópolis, R.J., 1997

THÉBAUD-MONY, Annie Sous-traitance, rapport sociaux, citoyenneté et santé. In: Dossier Sous-Traitances. Travail n.28, Paris, Alternatives Economiques, 1993.

VELTZ, Pierre e Zarifian, Philippe. Vers de nouveaux modèles d'organisation. *Sociologie du Travail. Dossier-Débat. Systèmes productifs: les modèles en question*. Montrouge, Dunod, XXXV (1) p.3-25, 1993.

VIRILIO, Paul. *A Arte do Motor*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996

ZARIFIAN, Philippe. *Les nouvelles approches de la productivité*. Brasília. Seminaire IPEA/ IPLAN, 1989. mimeo

ZARIFIAN, Philippe. *Qualification collective et automatisation: Le cas de la siderurgie*. In: Formation-Emploi, n.1, 1983, pp.37/51